

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**RICHARD VIEIRA RONCONI**

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO  
DE ARARANGUÁ (1970-2015)**

**CRICIÚMA**

**2015**

**RICHARD VIEIRA RONCONI**

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO  
DE ARARANGUÁ (1970-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos

Orientador: Mestrando Josiel dos Santos

**CRICIÚMA**

**2015**

**RICHARD VIEIRA RONCONI**

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO  
DE ARARANGUÁ (1970-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel e Licenciado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História Local e Regional.

Criciúma, 03 de dezembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Juliano Bitencourt Campos - Doutor - Unesc - Orientador

Profa. Michele Gonçalves Cardoso - Mestra - Unesc

Prof. Antônio César Sprícigo - Mestre - E. E. B. Castro Alves / Colégio Murialdo

**Dedico toda pesquisa realizada a memória  
do meu pai. Popular mosquito.**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu pai, Moacir Ronconi (*in memoriam*), por todo o incentivo e a dedicação pela minha inserção a um curso de graduação.

A minha mãe, Janete Vieira, por toda a paciência prestada nos momentos mais difíceis e pela atenção sempre que precisei. As minhas irmãs, Patricia, Fernanda e Verônica pelas experiências trocadas durante toda a minha vida. A toda a minha família, muito obrigado.

Ao meu orientador Juliano Bittencourt Campos por todo o espaço disponibilizado para a elaboração da pesquisa do TCC e por todas as portas que foram abertas durante a minha graduação.

Ao meu amigo e orientador, Josiel dos Santos, que me ajudou a pensar a pesquisa desde os tempos da “Casa da Cultura” e durante o período que trabalhamos juntos no Setor de Arqueologia. Muito obrigado pelos momentos divididos durante esses últimos cinco anos, inclusive pela(s) cerveja(s) que tomaremos logo mais.

A todos (as) professores (as) que dividiram o seu conhecimento nas aulas que acompanhei durante a graduação, principalmente dos professores (as) Lucy, Carlos e Carola, suas aulas foram de profunda importância nessa formação.

A minha companheira Suellen, que me não mediu esforços para estar ao meu lado e que, mesmo de longe, me incentivou durante a construção da pesquisa. Obrigado por estar ao meu lado.

Aos meus amigos (as) Rafael, Gilvani, Flávia, Josiel, Ingrid, Netto, Gill, Adriano, Juliano, Luiz Antônio, Kurt, Maíra, Louise, Felipe e Leonardo muito obrigado por participarem da minha vida.

Aos companheiros (as) do Setor de Arqueologia Alan, Ariel, Guisso, Moser, Pavei, Guilherme, Héron, Jean, Rafael, Mayla, Marcos, Franciel, Jéssica, Renata, Giovana, Dionéia, Gordo, que me ajudaram nesse processo durante o tempo que trabalhei no IPARQUE. Obrigado pelas melhores experiências profissionais até aqui.



**“É a verdade o que assombra  
O descaso que condena  
A estupidez o que destrói  
Eu vejo tudo que se foi  
E o que não existe mais”**

***Metal Contra as Nuvens, Legião Urbana***

## RESUMO

Durante o século XX Araranguá sofreu algumas mudanças territoriais que inicialmente enfraqueceram o processo de urbanização onde hoje é o centro da cidade. Foi na década de 1970 que o município passou a conhecer um intenso caminho de urbanização. O momento que se vincula a modernização é o mesmo da criação da identidade da cidade com as suas avenidas que, com os investimentos da administração municipal, passavam a interligar diversos bairros em distintas regiões. Porém, durante as obras que moldavam a cidade, muitos prédios históricos foram desaparecendo do contexto local. A cidade, apesar de teorizar o sentido de preservação do patrimônio histórico em seu Plano Diretor, não possui nenhum bem edificado tombado por lei. Nesse sentido, o trabalho procura entender o processo de urbanização de Araranguá, iniciado na década de 1970, e o impacto que esse fato ocasionou no patrimônio histórico edificado localizado no perímetro urbano da cidade.

**Palavras-chave:** Cidade das Avenidas. Modernização. Urbanização. Patrimônio Histórico.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Anúncio no Jornal Vale do Araranguá, referente ao Parque Residencial Gabriela.....	15
<b>Figura 2:</b> Esquerda: Imagem da casa do telegrafista Bernadino Sena Campos, fotografada pelo mesmo no ano de 1917. Direita: Terreno onde era localizada a casa de Campos, hoje utilizado como estacionamento privado. ....	22
<b>Figura 3:</b> Imagem da esquerda mostrando a localização da casa do Coronel João Fernandes, onde hoje (imagem da direita) passa a Avenida 7 de Setembro. ....	23
<b>Figura 4:</b> Exemplos de prédios históricos demolidos nos últimos anos. À esquerda imagens das edificações ainda em pé. À direita imagens dos locais após a demolição e a utilização atual do terreno. ....	24
<b>Figura 5:</b> Esquerda: Fachada do Edifício Campinas. Direita: Bar Brasil. ....	26
<b>Figura 6:</b> Prédio onde hoje está localizado o Bar Central: na imagem da esquerda o prédio na década de 1990 e na direita o prédio em 2015. Percebe-se o grande número de placas de publicidade que encobrem e descaracterizam o prédio. ....	26
<b>Figura 7:</b> Esquerda: Prédio Ouro Fino. Direita: Edifício onde hoje funciona o comercial Cacau Show e o Restaurante da Família.....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A URBANIZAÇÃO E AS AVENIDAS: O SÍMBOLO DA MODERNIDADE EM ARARANGUÁ.....</b>	<b>13</b>
<b>3 O ESPAÇO URBANO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO ARARANGUANSE .....</b>	<b>19</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Araranguá está localizada no litoral sul de Santa Catarina. Na virada do século XIX para o século XX seu território compreendia praticamente toda a extensão do extremo sul catarinense, com uma área que se limitava entre os rios Urussanga e Mampituba e entre os contrafortes da Serra Geral e a costa litorânea. Nos primórdios de sua formação como município Araranguá se constituía, junto com Tubarão e Laguna, como um destacado centro político e econômico regional. Com o passar do tempo foi passando por desmembramentos que moldaram sua constituição territorial, política e econômica, até chegar à conformação atual.

O que procuramos refletir nesta pesquisa é a forma como um determinado patrimônio histórico está sendo considerado quando se pensa na constituição histórica do município. Procuramos refletir, também, sobre como um momento de intensificação na urbanização da cidade, ocorrida a partir da década de 1970, impactou determinados locais que podem ser utilizados como locais de memória no que se refere à história de Araranguá.

Assim, no primeiro capítulo procurou-se refletir sobre a identidade da cidade, construída pelo poder público a partir do final da década de 1960, como “Cidade das Avenidas”. Isto ocorre de forma concomitante ao intenso processo de modernização em sua área central, que acontece durante a década de 1970, após um longo período de estagnação no desenvolvimento urbano ocorrido após os desmembramentos de seu território iniciados na década de 1920.

Nesta etapa a pesquisa procura apontar alguns exemplos que reforçavam esse pensamento dentro do imaginário local. A utilização da imprensa é fundamental durante esse período. As reportagens daquele momento buscavam moldar o pensamento da população, que chegava cada vez em maior número nos novos bairros centrais, sempre procurando exaltar a imagem dos administradores locais, relacionando-os com uma certa preocupação sobre a modernização e a higienização nos bairros próximos ao centro e a fomentação de incentivo ao turismo na região.

Na escassa historiografia local, principalmente no livro “A História de Araranguá”, percebe-se que alguns prédios históricos desaparecem durante a década de 1970, processo que continua com intensidade nas décadas seguintes. Entre alguns desses bens patrimonializáveis estão a casa do telegrafista Bernadino Sena Campos e a casa do Coronel João Fernandes, que não resistiram aos anseios

almejados pelo poder público e da burguesia local em moldar, conforme seus interesses, o perímetro urbano.

No ano de 1981 foi criada a lei que permitia a construção de prédios de até 8 pavimentos no perímetro urbano. Isto impulsionou a verticalização dos prédios, vinculada à abertura de ruas e avenidas, que agora, após prolongamentos e pavimentações, estariam prontas para a implantação de novos projetos, representando, dessa forma, o lugar simbólico da modernidade dentro do imaginário local.

Já no segundo capítulo procurou-se observar os efeitos do processo de modernização intensificado na década de 1970 e ainda observado nos dias de hoje no patrimônio histórico, no que parece ser uma continuidade do discurso de formação do espaço urbano através da constante busca pelo moderno e pelo novo.

No ano de 2012, a lei criada em 1981 sofreu uma reformulação. Com a liberação da construção de prédios de até 12 pavimentos, a cidade passa por um novo processo de interesses imobiliários no perímetro urbano local.

Como forma de ilustrar os impactos causados pela urbanização, realizou-se um breve levantamento de determinadas edificações que apresentam distintas características relacionadas à sua preservação. Procurou-se, ainda, a identificação de alguns prédios que não fazem mais parte do cotidiano. Através do diálogo com fotografias, compara-se o uso destes locais, antes em pé, com a utilização daquele espaço na atualidade. Além disso, o trabalho aponta alguns lugares que resistem a esses processos de modernização no município e que poderiam vir a ser um provável lugar de preservação.

## **2 A URBANIZAÇÃO E AS AVENIDAS: O SÍMBOLO DA MODERNIDADE EM ARARANGUÁ**

Araranguá, cidade localizada no sul de Santa Catarina, possui reduzida produção historiográfica no que diz respeito ao seu patrimônio histórico. A obra mais utilizada para base de estudos históricos foi escrita pelo Padre Paulo Hobold em 1994, “atualizada e complementada” por Alexandre Rocha no ano de 2005.

Em reformulação que Rocha acrescenta um capítulo intitulado de “Cultura”, onde pode-se observar um subtítulo chamado de “Patrimônio Histórico”. Nesse tópico o autor aponta a negligência com a qual esse tema é tratado, destacando diversos prédios históricos que vão desaparecendo, um a um, do espaço urbano.

É importante destacar que estes desaparecimentos coincidem com o processo de crescimento urbano, que a partir do final da década de 1960 começa a despontar no município. Dessa forma passa-se a ter um grande investimento imobiliário e o início da verticalização de prédios. Isto se reflete nas grandes construções de edifícios e na implantação, alargamento e prolongamento de avenidas, bem como em um processo de higienização da região central da cidade.

Com efeito, é na década de 1960 que Araranguá recebe a denominação de “Cidade das Avenidas”, fato determinante dentro do imaginário e da formação da identidade local, ao se coadunar com os anseios pela modernidade que vinha sendo representado nas mudanças realizadas pelo poder público na paisagem urbana, que se reflete em um grande impulso nos investimentos imobiliários.

Em nível nacional, Silva (apud PIMENTA, 2000, p. 100) contextualiza este processo, que é impulsionado por projetos do governo federal, ao apontar que

Recursos significativos foram destinados ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH, que seriam repassados ao BNH que, a partir de 1966 contaria, também, com recursos do FGTS. Criam-se as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCIs) e os Bancos de Investimento (Bis) e em 1967, as Associações de Poupança e Empréstimos (APEs). Iniciou-se em 1971 o Programa de Integração Social, cujos recursos seriam inicialmente administrados pela Caixa Econômica Federal.

Nas décadas anteriores Araranguá passava por um momento de estagnação em seu crescimento econômico e, conseqüentemente, urbano. Após os desmembramentos de seu território, iniciado no ano de 1925 com a emancipação política de Criciúma, a cidade não desenvolveu nenhuma força econômica, já que

perdera a região produtora de carvão. A década de 1970 vem para mudar esse panorama. Como aponta Rocha (apud HOBOLD, 2005, p. 140):

Araranguá teve que esperar até a década de 1970 para ver o espraiamento de sua malha urbana. A retomada de seu crescimento coincide, certamente, com o próprio processo de expansão da economia nacional e do mercado interno.

O crescimento da população urbana era visível. No ano de 1970, essa população, em Araranguá chegou a 52%, enquanto no ano de 1980 esse número chegou aos 75%. Por outro lado, a população rural caía significativamente de 14 mil habitantes para 8 mil durante o mesmo período (ROCHA apud HOBOLD, 2005, p. 141).

Este movimento de êxodo rural é observado também em nível nacional. Para Santos (1994, p. 30), durante as décadas de 1970-1980, ocorre no Brasil um “crescimento numérico da população urbana”, chegando a apresentar um crescimento superior aos números de crescimento da população total. Nesse sentido, “o processo de urbanização conhece uma aceleração”, atingindo novos patamares e se firmando na década seguinte.

Um exemplo deste processo em Araranguá é o bairro Cidade Alta, que sofreu diversas transformações nesse período, muitas delas impulsionadas pela pavimentação da BR 101 e das rodovias que ligavam a cidade às praias locais, proporcionando sensíveis transformações no perímetro urbano. Como observa Bronstrup (2010, p, 18):

O bairro Cidade Alta, com a pavimentação da rodovia, se apresenta como uma região industrial e comercial da cidade e passa a mostrar várias alterações urbanas como, por exemplo, um clube social, os primeiros condomínios residenciais da cidade e até mesmo um hospital visto como moderno para os parâmetros da cidade.

No âmbito dos condomínios residências, aliado ao processo de verticalização das edificações, o Residencial Gabriela, localizado na Avenida 7 de Setembro, aparece como um símbolo da modernidade no imaginário popular. Seus anúncios em jornais destacavam o residencial como “um empreendimento inédito em Santa Catarina”<sup>1</sup>. Em 1978, ano de seu lançamento, o Parque Residencial Gabriela se caracterizava como pioneiro do seu modelo. Este empreendimento se localizava não

---

<sup>1</sup>Jornal Vale Araranguá. 1978.

por acaso na principal avenida da cidade, cuja abertura está relacionada ao processo de urbanização e modernização desta área do município.

Estas novas construções mudavam a paisagem local. Com anúncios em jornais (Figura 1), os empreendimentos procuravam alcançar uma população que chegava, cada vez em maior número, na região central da cidade.

**Figura 1:** Anúncio no Jornal Vale do Araranguá, referente ao Parque Residencial Gabriela.



**Fonte:** Reprodução do autor.

No contexto das décadas de 1960 e 1970, ainda, as avenidas ganhavam força como símbolo de modernidade dentro da cidade, com grandes investimentos em pavimentações e prolongamentos. A gestão de Osmar Nunes (1966-1970) procurou fomentar a ideia de uma identidade local, partindo da retórica de uma malha urbana projetada, exclusiva na região, a partir do Projeto Urbanístico elaborado pelo Engenheiro Mesquita em fins do século XIX (HOBOLD, 2005). É neste momento histórico que Araranguá recebe a alcunha de “Cidade das Avenidas” (NUNES, 1994, p. 19).

Rocha (apud HOBOLD, 2005, p. 138) aponta que:

Hoje Araranguá ostenta orgulhosamente suas amplas avenidas. Nos anos de 1960 foi intitulada de “Cidade das Avenidas”, o que a ajudou a ser projetada em termos de propagação da atividade turística. Naquele momento em que eclodia nas cidades o espírito regional desenvolvimentista, e os “formadores de opinião” procuravam desesperadamente codinomes simpáticos para servir de slogan que

despertassem para as potencialidades municipais, passou a chamar a atenção este diferencial de especialidade urbana de Araranguá.

Outro momento que merece um destaque nesse processo de modernização e de reforço de identidade, da agora “Cidade das Avenidas”, é a gestão de Salmi Paladini (1976-1980). No Jornal Vale do Araranguá, numa matéria do ano 1978, sob o título “Chiqueiros na cidade”, percebe-se a insatisfação dos novos moradores dos bairros centrais, como Coloninha e Cidade Alta, que “constroem bonitas residências” e tem que conviver com “a criação de porcos”. A reportagem cobra uma posição da fiscalização da prefeitura que, “apesar de existir e bem remunerada, não dá conta do serviço”, destacando que nem isso mancharia a “conduta administrativa do atual prefeito que se preocupa na sua gestão em urbanizar a cidade e torná-la a Cidade das Avenidas que recebe milhares de turistas todos os anos”.

Era comum o fato dos novos moradores, muitos vindos de cidades do interior do Vale do Araranguá e do Rio Grande do Sul, terem chiqueiros e galinheiros em bairros próximos ao centro como a Coloninha, Vila São José, Urussanguinha e Cidade Alta. Com efeito, Rocha (apud HOBOLD, 2005) destaca que durante a década de 1970 Araranguá se constitui como um polo de migração na região do Extremo Sul Catarinense.

Ora, Araranguá respirava o progresso. Representada por obras, a modernização se tornava cada vez mais visível. É nesse momento que são efetuadas obras que marcariam o perímetro urbano da cidade, apontadas em matérias do Jornal Vale do Araranguá durante a gestão de Paladini, como “Paladini Remodela Praça e Constrói Hospital”<sup>2</sup>, “Araranguá: APAE ganhou novo prédio”<sup>3</sup> e “Prolongamento da Avenida Getúlio Vargas”<sup>4</sup>.

Esta última demonstra de forma contundente como as avenidas eram utilizadas como representação junto ao imaginário popular da chegada da modernidade em Araranguá.

O prolongamento da Avenida Getúlio Vargas, até encontrar a via de acesso ao Arroio do Silva, é uma medida pretendida pelo atual Prefeito de Araranguá, Salmi Paladini.

[...] A Getúlio, é a espinha dorsal de um esquema preconizado para uma cidade sem carência de espaço físico para a sua expansão, podendo se prolongar, tranquilamente, até a orla marítima.

[...]

<sup>2</sup> Reportagem veiculada no dia 15/07/1978 no Jornal Vale Araranguá.

<sup>3</sup> Reportagem veiculada no dia 27/01/1979 no Jornal Vale Araranguá.

<sup>4</sup> Reportagem veiculada no dia 31/03/1979 no Jornal Vale Araranguá.



O lado sul da Avenida Sete de Setembro já merecem a atenção [sic] do atual mandatário, estendendo-se por alguns milhares de metros, levando o incentivo aos investidores afeitos aos empreendimentos imobiliários, o que proporcionou um grande impulso àquela região (Mato Alto), anteriormente tomada pela densa capoeira e carreiros arenosos somente.

Hoje, ali existem modernas e aprazíveis quadras de casa residenciais de primeiro gabarito, demonstrando-se claramente, que somente faltava um pouco de incentivo, de motivação por parte do Poder Público.

Agora está na mira do Senhor Prefeito o lado inverso da Sete restando somente algumas providências de saneamento básico [...] nas zonas mais atingidas pelas cheias do Município, afim de prosseguir, com tranquilidade a importante obra viária.

Com as duas artérias citadas, consideradas fundamentais ao rígido cumprimento do Plano Diretor, é certo que não haverá a deturpação futura do acalentado sonho do saudoso Engenheiro Mesquita de fabricar uma cidade para o futuro.

Para Margareth Pimenta (2000) a década de 1970 é responsável pelo perfil do perímetro urbano em vigor até hoje, pois é nesse período que ocorre a ocupação de diversas regiões da cidade, com aprovações de instalação de loteamentos de formas precárias. Pimenta ainda coloca as tentativas de controlar a expansão e o parcelamento do solo dispostas no Plano Diretor de 1981, e sua preocupação com a conciliação de novos empreendimentos na região central do município.

A década de 70 trouxe, também, o início do processo de verticalização. O primeiro edifício construído nessa época possuía somente 3 pavimentos. Paradoxalmente, o Plano Diretor de 1981 ratifica esse processo, permitindo 8 pavimentos na área central, o que facilitou, certamente, os investimentos do setor imobiliário (PIMENTA, 2000, p. 102-103).

O plano diretor de 1981, portanto, facilitava e impulsionava a instalação de prédios na região urbana da cidade, processo esse que se iniciou na década de 1970.

Sobre este anseio pela modernidade, característica marcante do século XX, Berman (1986, p. 14) fala:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

Na esteira desse desejo pela modernidade, novos ambientes vão sendo construídos em detrimento aos antigos. É fortemente defendida a falácia de que o novo, necessário e inevitável, sobrepujará o velho, modernizando dessa forma o espaço. Esta modernidade, portanto, está caracterizada em sua maior parte pela defesa daquilo que é novo frente ao tradicional (BERMAN, 1986).

Para Berman (1986, p. 13), o sentimento de ser moderno é “fortalecido pelas imensas organizações burocráticas”, que possuem o poder de destruir o velho e forjar o novo. A possibilidade de novas experiências e aventuras conduz homens e mulheres a “uma vida revolucionária e conservadora” ao mesmo tempo, provocando assim a sensação de “criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz”.

Ainda Berman (1986, p. 97)

Não obstante a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. Tudo o que é sólido – das roupas sobre os nossos corpos dos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, as casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, as firmas e corporações que os exploram, às vilas e as cidades, regiões inteiras até mesmo as nações que as envolvem. Tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarelado, pulverizado ou dissolvido, afim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo para seguir, adiante, sempre, talvez para sempre, sob as formas cada vez mais lucrativas.

Em Araranguá, esse desejo pelo moderno está fortemente presente em seu processo de urbanização. E neste processo, como aponta Santos (1997, p. 21-22),

Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem [...]: O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentem na atualidade.

Esta busca pelo moderno acabou não considerando o potencial patrimônio histórico presente na paisagem urbana do município. A busca pelo moderno, assim, têm causado irreversíveis impactos nestes lugares de memória que se constituem como importantes dispositivos para a formação da identidade local. Neste sentido, analisaremos, no próximo capítulo, como este patrimônio está inserido e é percebido atualmente no espaço urbano, demonstrando, de forma incipiente, a forma como Araranguá tem se preocupado e como tem tratado destes espaços, que entendemos serem um conjunto de bens de relevante interesse cultural e histórico para a comunidade araranguaense.

### 3 O ESPAÇO URBANO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO ARARANGUANSE

As discussões sobre o patrimônio cultural são ainda incipientes em Araranguá. As poucas bibliografias relacionadas ao tema, embora se constituindo de breves abordagens, sempre destacam os processos de modernização vividos ao longo dos anos, acusando, assim, essas transformações como uma das culpadas pelo desaparecimento de prédios históricos, que não fazem mais parte da paisagem da cidade. A este respeito, destaca Rocha (apud HOBOLD, 2005, p. 297):

Num exercício da memória, ou numa vã tentativa de inventariar perdas, observamos, então, que muitos bens arquitetônicos de Araranguá viraram pó [...]. Um a um, com o tempo, desapareceram da paisagem, e com eles as marcas, o trabalho, a vida de muitas pessoas, que construíram os diversos momentos da história da cidade.

É através desses questionamentos, desse “exercício da memória”, que esse assunto se torna tão pertinente em Araranguá. A cidade apresenta em seu Plano Diretor uma concepção de patrimônio que se aproximam das leis impostas pela Constituição de 1988 e propostas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No capítulo III do Plano Diretor, intitulado Patrimônio Cultural Municipal, em seu Artigo 83, são mencionadas as considerações e perspectivas de preservação, estabelecendo a inclusão da temática do patrimônio dentro do planejamento e da gestão do território municipal, considerando políticas de conscientização e preservação (LEI ORGÂNICA DE ARARANGUÁ, 2013).

Apesar disso constata-se que a cidade não possui nenhum bem material edificado tombado por lei, limitando-se os tombamentos aos seguintes itens:

1. Dunas e Vegetação Natural do Balneário Morro dos Conventos e no Distrito de Hercílio Luz (Lei Orgânica, art. 210); e
2. Furnas existentes nas falésias do Morro dos Conventos (Lei Orgânica, art. 211).

Ou seja, as políticas de preservação do patrimônio material e imaterial no município ainda são muito vagas, não considerando que a potencialidade de preservação e de afirmação de um determinado bem e sua colocação no espaço urbano é necessária para o conhecimento da população de sua própria história. Com isto, muitos prédios históricos parecem estar esquecidos e isolados, apesar de representarem significativa representação histórica.

Segundo Pollack (1992), a memória, coletiva e individual, possui dois momentos característicos. O primeiro se refere aos “acontecimentos vividos pessoalmente” e o segundo é composto pelos “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer” (POLLACK, 1992, p. 201). Nesse sentido completa,

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLACK, 1992, p. 201).

Além dos acontecimentos e das personagens, para Pollack (1992), a memória também é formada por lugares. Esses “lugares de memória” estão ligados a alguma lembrança da pessoa.

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar de outros eventos (POLLACK, 1992, p. 202).

Nesse sentido, Pollack (1992) coloca que esses elementos da memória, juntamente com “fenômenos de projeção e transferência”, podem se desenvolver dentro da memória coletiva e individual. A memória é, portanto, seletiva e ao mesmo tempo construída.

Assim, partindo da perspectiva de que a memória é um fenômeno construído (POLLACK, 1992, p. 203), em Araranguá a identificação com o passado se forjou através de uma busca pela modernidade e de exclusividade na região, a partir da repercussão do projeto desenvolvido por Mesquita, no final do século XIX. Portanto, pairava sobre a cidade, durante a década de 1970, o sentimento de modernidade. Mas esse sentimento traz junto a exclusão de quem e do que não se adapta. Isto é evidente se considerarmos o patrimônio histórico do município, que vem sendo impactado com esses processos. Como observa Pimenta (2000, p. 81):

Araranguá, diferente de muitas cidades, foi dotada, nos seus primórdios, de um plano urbano. A percepção dúbia de moradores e políticos sobre sua existência fizeram reter, ao longo de sua história, alguns componentes ligados mais diretamente ao sentido popular da modernidade vigente. As lembranças reais de sua arquitetura tradicional foram desfeitas na paisagem

urbana. A história se encarregou de marcar, para o observador atual, os elementos de resistência do plano original e a força do processo renovador.

Para Choay (2006), o patrimônio histórico serve de utilização para reforçar essa memória, ou seja, o patrimônio contribui por manter e preservar determinada identidade nacional ou local.

Rodrigues (2015, p. 4) relaciona o conceito de identidade com o de patrimônio histórico:

O patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. O patrimônio contribui para manter e preservar a identidade de uma nação, daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família (CHOAY, 1992). É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo. Portanto, há uma legitimação social e política do que é (ou não) patrimônio.

Segundo Pelegrini (2009, p. 19) o conceito de patrimônio deriva de diversos períodos que formularam a cultura do mundo ocidental. Desde a Antiguidade alguns objetos e obras de arte vêm sendo preservados com algum intuito político, cultural ou religioso. Foi após a Revolução Francesa que esses valores e significados de preservação passaram por novo processo de apreciação. A partir desse momento, portanto, o patrimônio histórico passou a ser pensando de forma mais ampla, com a formulação de políticas de salvaguarda e legislações específicas, passando a intensificar a noção de preservação de diversos bens nos séculos seguintes.

Ainda Pelegrini (2009, p. 23-24):

De toda forma, os bens culturais tomados como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, reúnem referenciais identitários, memórias e histórias – suportes preciosos para a formação do cidadão. As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade.

Em Araranguá, muitos desses possíveis lugares de memória, aqui representados por prédios históricos, desapareceram aos poucos ao longo do século XX. Rocha (apud HOBOLD, 2005) aponta alguns lugares, bastante significativos para a história local, que já foram demolidos. Lugares que representavam um período da história do município e que hoje não fazem mais parte do cotidiano local, como o Hotel dos Viajantes, o palacete municipal na atual Praça Hercílio Luz

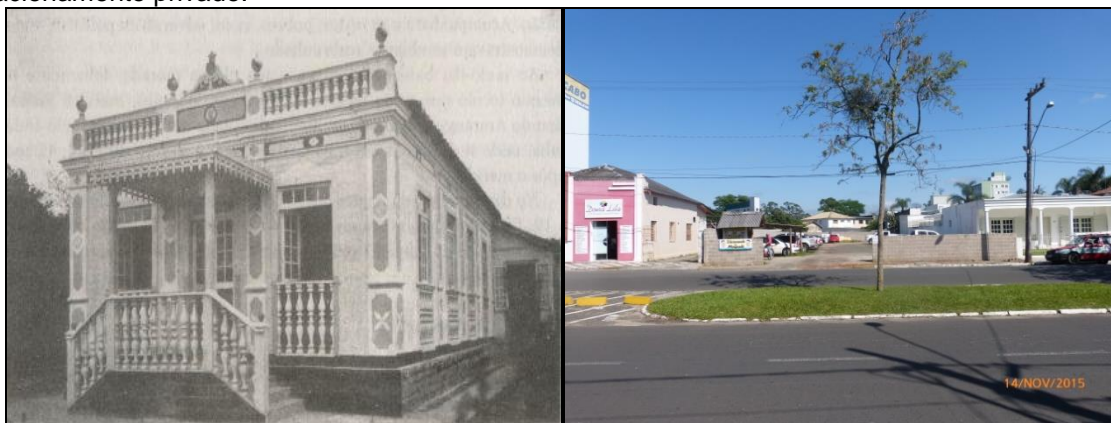
(demolido em 1986), o antigo templo católico, inaugurado em 1902 e que teve a “vida” de apenas cinco décadas, dentre outros.

As preocupações sobre a preservação do patrimônio araranguaense são ainda salientadas por Rocha (apud HOBOLD, 2005, p. 296), ao destacar que:

Esta reflexão se faz imediata, pelo entendimento que se tem, da banalidade com que foi tratado este assunto em Araranguá ao longo do tempo, quando da população foram subtraídos inescrupulosamente os bens deixados por diversas gerações.

Durante a década de 1970 Araranguá sofreu muitas mudanças em seu cotidiano. O processo de modernização e início da urbanização intensa (discutidos no capítulo anterior) provocaram o desaparecimento de prédios históricos. As casas que pertenciam a personagens da história local, como a casa do Coronel João Fernandes<sup>5</sup> e a casa do telegrafista Bernadino Sena Campos<sup>6</sup> (Figura 2) – ambas demolidas neste período – são exemplos do impacto provocado. Sendo que o espaço onde estava localizada a casa de Campos se encontra até os dias de hoje sem nenhuma construção, servindo de um estacionamento no centro da cidade.

**Figura 2:** Esquerda: Imagem da casa do telegrafista Bernadino Sena Campos, fotografada pelo mesmo no ano de 1917. Direita: Terreno onde era localizada a casa de Campos, hoje utilizado como estacionamento privado.



**Fonte:** Esquerda: Bernadino Sena Campos. Direita: do autor.

A casa de João Fernandes (Figura 2) representa bem o processo de conflito entre o tradicional e o moderno. Muitos diriam que a casa estava “no local errado, na época errada”. Porém sua demolição, na década de 1970 (ROCHA apud HOBOLD,

<sup>5</sup> Destacado político da região. Administrou o município durante um largo período entre a virada do século XIX para o século XX. Foi inclusive Deputado Estadual durante duas legislações na década de 1920.

<sup>6</sup> Telegrafista que vem a Araranguá trabalhar na agência do telégrafo em 1894. Durante sua estadia no município registrou, através de seu diário e de suas fotografias, alguns eventos na região no início do século XX. Seu diário foi publicado na década de 1980 por João Dall’Alba, constituindo-se em um importante documento histórico do município.

2005), marcaria a materialização da extensão da Avenida 7 de Setembro até a BR 101 (BRONSTRUP, 2010). Nem mesmo a casa do Coronel João Fernandes, político que esteve à frente da administração municipal de Araranguá durante mais de duas décadas, entre o final do século XIX e início do XX, resistiu a estas investidas.

**Figura 3:** Imagem da esquerda mostrando a localização da casa do Coronel João Fernandes, onde hoje (imagem da direita) passa a Avenida 7 de Setembro.



**Fonte:** Esquerda: Reprodução de imagem disponível na internet, de autoria de José Genaro Salvador. Direita: do autor.

Percebe-se a intenção de reforçar a identidade da cidade através das avenidas e, mais que isso, reforçar uma identidade nacionalista própria deste período em âmbito nacional (NAPOLITANO, 1988). Ora, para Pollack (1992, p. 204) “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. Não à toa, as principais avenidas da cidade se remetem a datas cívicas, como Avenida XV de Novembro e Avenida 7 de Setembro, e personalidades nacionais, no caso a Avenida Getúlio Vargas. Estes logradouros ainda hoje se constituem como importantes representantes da “Cidade das Avenidas”.

O processo de verticalização iniciado na década de 1970 também intensificou o desaparecimento gradativo de prédios históricos naquele período. Porém, recentemente, no ano de 2012, a Lei nº 864, de 1981, teve uma mudança que começa a impulsionar um novo processo de verticalização na Cidade das Avenidas. Onde o Plano Diretor permitia construções de até oito pavimentos, agora permite-se a construção de prédios de até doze pavimentos, porém apenas em algumas avenidas e em regiões não comerciais.

Art. 42: Nas Avenidas Capitão Pedro Fernandes; 15 de Novembro; 7 de Setembro; Padre Antônio Luiz Dias; Coronel João Fernandes; Getúlio Vargas, no trecho compreendido entre o Calçadão e o entroncamento com a Rua Augusto Cândido Costa, Engenheiro Mesquita e Presidente João Goulart, dentro do perímetro urbano do Município de Araranguá, os imóveis



terão gabarito em altura máxima de doze pavimentos, além do térreo e subsolo.

Entende-se, assim, a reformulação desta lei instiga, novamente, a especulação imobiliária na cidade. Os reflexos desse processo já podem ser observados dentro do espaço local. Diversos prédios históricos, de diversos períodos da formação da cidade, vêm desaparecendo do cotidiano e, muitos deles, dando lugar a prédios “luxuosos” e “modernos”, ou simplesmente servindo de estacionamento, como ilustram as imagens das seguintes edificações demolidas: Prédio “Ótica Rodrigues” (na esquina da Avenida Sete de Setembro com a Rua Caetano Lumertz, as casas na Rua Caetano Lumertz, só ali tinham três casas com características coloniais, todas demolidas no ano de 2015. Mais uma casa na Avenida Sete de Setembro, já no bairro Vila São José, e o antigo Prédio na esquina do Banco do Brasil (antigo BESC), na Avenida Sete de Setembro com a Rua Dr. Virgulino de Queiroz.

**Figura 4:** Exemplos de prédios históricos demolidos nos últimos anos. À esquerda imagens das edificações ainda em pé. À direita imagens dos locais após a demolição e a utilização atual do terreno.



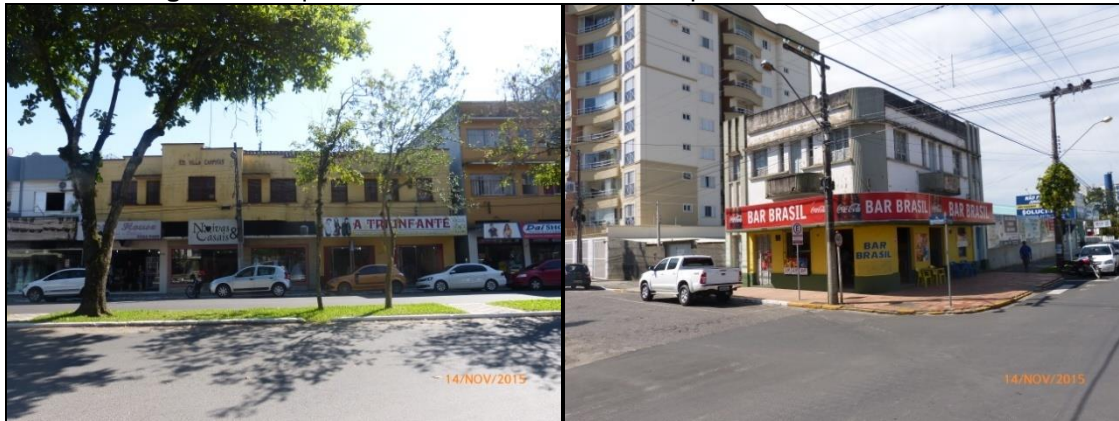




**Fonte:** Esquerda: Imagens capturadas a partir do software livre *Google Earth*. Direita: do autor.

Em alguns prédios ainda não demolidos percebe-se uma característica em comum: muitos apresentam mudanças em suas características arquitetônicas no piso inferior, frequentemente de uso comercial, em contrapartida, embora o andar superior não seja descaracterizado, não se percebe preocupação no sentido de sua preservação. Esse desuso demonstra um estágio de abandono, como pode-se observar nas imagens dos prédios do Bar Brasil e do Edifício Campinas (Figura 5).

**Figura 5:** Esquerda: Fachada do Edifício Campinas. Direita: Bar Brasil.



**Fonte:** do autor.

Outro problema da invisibilidade do patrimônio histórico do perímetro urbano da cidade são as placas de publicidade que impossibilitam a visualização de traços arquitetônicos e, conseqüentemente, influenciam a percepção da população sobre esses lugares. Percebe-se isto, por exemplo, quando se analisa as imagens do prédio onde hoje se encontra o Bar Central (Figura 6) em diferentes períodos históricos. É visível o encobrimento da parte frontal desta edificação nos dias de hoje, se comparado com a imagem da década de 1990. Além das evidentes modificações, é possível perceber que as características arquitetônicas parecem estar encobertas pelas placas comerciais. O mesmo ocorre nos prédios onde funcionam a lanchonete Café Brasil (Edifício Ouro Fino) e o comercial Cacau Show (Figura 7).

**Figura 6:** Prédio onde hoje está localizado o Bar Central: na imagem da esquerda o prédio na década de 1990 e na direita o prédio em 2015. Percebe-se o grande número de placas de publicidade que encobrem e descaracterizam o prédio.



**Fonte:** Esquerda: Arquivo pessoal de Alexandre Rocha. Direita: do autor.



**Figura 7:** Esquerda: Prédio Ouro Fino. Direita: Edifício onde hoje funciona o comercial Cacau Show e o Restaurante da Família.



**Fonte:** autor.

Este levantamento parcial nos permite perceber as diferentes formas pelas quais o patrimônio histórico edificado tem sido tratado na cidade de Araranguá. A amostragem dos edifícios relacionados demonstra os diferentes locais no centro urbano onde se encontra testemunhos materiais da constituição histórica da cidade, que, ao que demonstra nossa análise do processo de urbanização do município, parece estar sendo paulatinamente excluído da memória local através de sua negligenciação e posterior demolição. Assim, seguimos Pelegrini (2009, p. 34) ao entender que

o inventário dos bens culturais constitui um passo primordial no sentido da conservação de um bem cultural e figura um instrumento poderoso de preservação. A sua relevância aumenta à medida que se acentua o processo de acelerada renovação e transformação das nossas cidades.

Embora cientes de que o inventário de um bem envolva um intenso processo de caracterização do mesmo, partimos da premissa de que o apontamento dos potenciais lugares de memória distribuídos ao longo do espaço urbano constitui-se como um importante passo inicial no sentido da preservação e valorização de determinados bens.

Nesta intenção de preservar o patrimônio histórico araranguaense e de conscientização da preservação do patrimônio que Pimenta (2000) enfatiza a necessidade de se buscar uma reconciliação com a história do município, procurando recuperar a memória local.

Sobre essa mesma necessidade de preservação e de, ao mesmo tempo, dar um significado aos bens patrimoniais, é que Rocha (apud HOBOLD, 2005, p. 296) faz o alerta:

Não se trata de “preservacionismo”. Há muito que justificar a manutenção de um bem cultural, de um objeto de memória, de um patrimônio histórico. Ainda mais se considerarmos a plena possibilidade de uma convivência pacífica e harmoniosa entre os tempos e suas representações. Ao contrário disto se atribui uma visão cega que se sustenta do falso desenvolvimento, num olhar estreito de modernidade, e na prepotência avassaladora do capitalismo.

Partindo desta reflexão entendemos que preservar o patrimônio não se trata de apenas manter sua forma física intacta, sacralizando-o. Assim seguimos o que propõe Kiperman (s.d.), ao colocar que a conservação não consiste apenas na preservação das características físicas do bem, mas sim na inserção deste bem dentro de um contexto histórico mais amplo, considerando aspectos cognitivos e afetivos, onde a conservação se referiria, assim, à manutenção de valores culturais e à consolidação de identidades locais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Araranguá passou por diversas transformações em sua malha urbana durante a década de 1970, período crucial para o entendimento do traçado atual. O projeto urbanístico realizado pelo engenheiro Mesquita, no final do século XIX, serviu de alicerce para os novos planos de projeção das avenidas dentro do contexto local.

De fato, a identificação na história, em Araranguá, foi buscada num projeto inovador, moderno e único na região. Paralelamente observa-se os interesses das gestões administrativas em reforçar esse sentimento, vinculando obras de alargamento e prolongamento de diversas avenidas, chegando a regiões pouco habitadas no período, e os interesses de uma especulação imobiliária cada vez mais forte na cidade. Araranguá tornava-se o centro de migração da região.

Percebe-se, portanto, nesse momento, um processo de verticalização, que se instala no município. Se durante a década de 1970 a cidade permitia edifícios de três pavimentos, no início da década de 1980 uma nova lei instiga um forte processo de verticalização, permitindo a construção de até oito pavimentos no perímetro central da cidade.

Durante esse processo intenso de obras e de verticalização, o patrimônio histórico araranguaense foi, aos poucos, desaparecendo da paisagem local. As casas de Bernadino Sena Campos e do Coronel João Fernandes são exemplos disto. A partir desse momento, percebe-se um desaparecimento gradativo de prédios. Ora, sem esses lugares de memória, não será possível fazer uma profunda interpretação da história local. Araranguá parece perder o fio que conecta seu povo com sua história, pois a cidade não se utiliza de seus bens patrimoniais para reforçar a sua identidade. Esse sentimento se busca num pensamento moderno, exclusivo e vanguardista.

Portanto, durante as décadas seguintes também se pode perceber a destruição de mais prédios históricos. A cidade não possui um levantamento profundo dessas perdas. Existem algumas intenções de preservação, mas o reflexo do esquecimento desses lugares pode ser entendido com o não aprofundamento das leis de tombamento e o desinteresse das gestões administrativas sobre a temática. A cidade não possui nenhum patrimônio histórico edificado tombado por

lei, o que representa a fragilidade que o assunto é tratado na “Cidade Das Avenidas”.

Durante o ano de 2012, com a reformulação da lei nº 864, formulada em 1981, a cidade começa a passar por um novo processo de verticalização no perímetro urbano. Novamente, a especulação imobiliária na cidade surte um efeito dominó no patrimônio histórico local. Novos prédios, que agora podem chegar até a 12 pavimentos, se instalam nas principais avenidas da cidade.

Percebemos, assim, que o patrimônio histórico araranguaense está fortemente relacionado ao momento de formação do núcleo urbano do município, remetendo a diferentes processos e dinâmicas inerentes à vida política, econômica e religiosa da comunidade local. A importância da patrimonialização destes espaços estaria, desta forma, ligada a uma preocupação de proporcionar e fomentar junto à comunidade local o sentimento de pertença ou mesmo de tomada de consciência acerca da sua posição dentro do processo histórico que deu origem à formação do seu ambiente cotidiano.

## REFERÊNCIAS

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. Constituição de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2013.
- BRONSTRUP, Daniel Alves. Traçando novos caminhos: análise das disputas políticas em Araranguá causadas pela implantação da ferrovia e da rodovia BR-101 (1930-1970). **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 5, 2007.
- CÂMARA DE VEREADORES DE ARARANGUÁ. **Lei nº 864 de 27 de novembro de 1981**. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-ararangua.jusbrasil.com.br/legislacao/604942/lei-864-81>>. Acesso em: 02 nov. 2015.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.
- KIPERMAN, Flavia Boghossian. **Local Built Heritage: An Antidote for Globalization**. Disponível em: <[http://www.academia.edu/9771270/Local\\_Built\\_Heritage\\_an\\_Antidote\\_for\\_Globalization](http://www.academia.edu/9771270/Local_Built_Heritage_an_Antidote_for_Globalization)>. Acesso em: 25 set. 2015.
- LEI ORGÂNICA DE ARARANGUÁ. Disponível em: <<https://www.leisorganicas.com.br/lei-organica/ararangua-sc/4502>>. Acesso em: 03 dez. 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto: 1988.
- NUNES, Osmar. **Excesso de poder mata o prefeito**. Araranguá: s/e, 1994.
- PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Araranguá: Expansão e Plano Urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 79-109, 2000.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RODRIGUES, Donizete. Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 1997.

### Fonte Consultada

Jornal Vale Araranguá. 1978-1979.